COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

INFORMAÇÃO TIMOR-LESTE

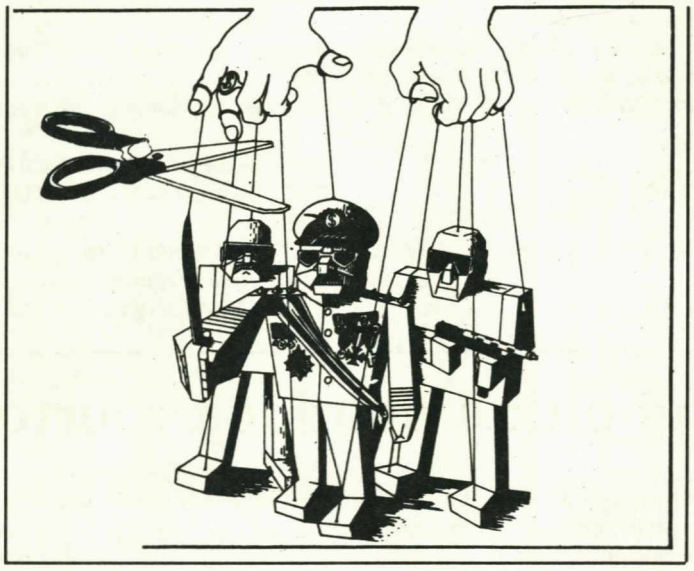
PUBLICAÇÃO MENSAL ANO VIII PREÇO AVULSO: 50$00 Nº 80 SETEMBRO 1992

Xanana Gusmão ao Movimento dos Não-Alinhados:

"Só um Sul renovado politicamente pode enfrentar as imposições do Norte"

O Comandante Xanana Gusmão dirigiu-se à Cimeira do Movimento dos Não-Alinhados (MNA) para, a partir da experiência da luta de libertação do povo de Timor-Leste, formular um novo quadro para a saída do estado de falência em que se encontra aquele movimento.

A LUTA CONTRA O COLONIALISMO



"(...) Está estabelecido pelas Nações Unidas o ano 2000 para a erradicação do colonialismo da face da Terra. A 8 anos, para que a Humanidade venha a festejar o fim da repressão dos povos, há que denunciar as situações coloniais ainda prevalecentes e há que, sobretudo, condenar os actos de agressão militar e de anexação dos territórios pequenos e fracos, por parte de países do MNA, poderosamente equipados com as armas do Norte. (...).

Para que se conheça melhor a situação em Timor-Leste, passamos a descrever sumariamente certos aspectos da ocupação militar indonésia. Começo por lembrar que, há 17 anos, Jacarta impôs ao Povo Maubere uma guerra de exterminação. São de assinalar as principais ofensivas militares do invasor indonésio:

- o acto de invasão de 7 de Dezembro de 1975, que terminou com o total controlo da população após as sucessivas campanhas de cerco e aniquilamento às bases da resistência popular nas montanhas, desenvolvidas a partir de Setembro de 1977 a Dezembro de 1978;

- a operação de grande envergadura, com a participação obrigatória de toda a população do território, desencadeada em princípios de 1981 até Outubro daquele ano;

- a grande ofensiva, com a aplicação de todo o arsenal bélico, modernizado depois do sucesso das campanhas, de finais de 1983 a finais de 1985;

- outra grande ofensiva, já com a aplicação da táctica de contra-guerrilha territorial, iniciada em 1986 e tendo terminado em finais de 1988;

- a última grande operação, desencadeada em finais de 1990 até meados de 1991;

- a nova ofensiva que já começou em Junho e vai durar todos estes meses de estação seca.

O hediondo massacre de 12 de Novembro do ano findo, representa o outro aspecto da ocupação militar indonésia, que já vitimou mais de 200.000 timorenses.

Passado que foi o nervosismo inicial dos governantes indonésios, os generais indonésios tentaram repor a ordem em Timor-Leste. Com o que se pode classificar de verdadeiro repovoamento das forças da ABRI [forças armadas indonésias] *em todos os sucos e com a colocação, nesses sucos, de equipas de «nanggallas», o ocupante pretende exercer um máximo controlo sobre a população e essencialmente sobre a juventude. (...).*

Situações houve que Jacarta, indubitavelmente, apresentará como prova da estabilidade política em Timor-Leste e que são estas:

- no período em que o barco "Lusitânea Expresso" se aproximava dos limites territoriais de Timor-Leste;

- quando veio o novo núncio para convencer os timorenses que o Vaticano defende a integração;

- quando veio Ali Alatas, que não quis responder às

NESTE NÚMERO:

- Mensagem de Xanana Gusmão ao MNA
- O Clube dos políticos mortos
- Entrevista ao "Coronel John"

---

perguntas dos jovens, sob o olhar assassino dos «nanggallas» que lhe davam segurança, e

- quando veio o ministro do interior para dizer que Timor-Leste só tem um único caminho - o da integração forçada pela via da ocupação militar.

Nestas ocasiões, as tropas indonésias estavam em total estado de alerta, tomando posições em pontos estratégicos da cidade e ocupando os itinerários de passagem daquelas altas personalidades, enquanto os agentes da polícia política faziam como que um 2º cordão de segurança. Inverosimilmente, o cemitério de Santa Cruz, o local do massacre de 12 de Novembro, ficava cercado por vários dias.

No período que procedeu as eleições, as forças patrulhavam intensamente os aglomerados populacionais e, no próprio dia, ocupavam posições muito próximas aos principais locais de votação, enquanto os «nanggallas» e os militares destacados nos sucos, (...), exerciam uma apertada vigilância nestes ajuntamentos. (...).

Muitos presos foram deslocados dos principais centros prisionais de Dili, para os próprios aquartelamentos ou postos da ABRI, onde são diariamente espancados, não recebem alimentação e são obrigados a disputar com os cães o resto da comida que os carrascos mandam aos animais. São obrigados a práticas homossexuais dos assassinos, não recebem visitas e seus familiares são ameaçados de morte, caso divulgassem estas condições desumanas de tratamento. (...).

Os jovens são o principal alvo dos ocupantes, que tudo fazem para controlar todas as suas actividades.

No término do período escolar, a polícia militar e «nanggallas» enchiam os estabelecimentos de ensino, provocando e ameaçando os alunos, caso reclamassem que só os filhos dos indonésios passavam de classe.

Nas ocasiões descritas atrás, as forças assassinas desafiavam os jovens, ameaçando-os abertamente de que, se algo acontecesse, a resposta da ABRI seria pior que o 12 de Novembro. (...)."

A LUTA CONTRA O IMPERIALISMO

"Esta cimeira pretende um reforço de posições do Sul face ao Norte.(...).

O confronto Norte-Sul não será uma luta desesperada, mas pede altos juros aos governantes do 3º mundo. O 3º mundo terá que reparar os seus próprios erros se quiser alterar o MNA numa forte e sólida organização de cooperação económica para o desenvolvimento do Sul.

Quando a corrupção continuar política governamental e quando os regimes repressivos continuarem fortes, mantidos pelos fortes do Norte, os governantes do 3º mundo devem reconhecer uma fraqueza do Sul.

Quando interesses nacionais e/ou regionais prevalecem na formulação dos princípios actuantes nas relações com os poderosos do Norte, dividindo o nosso hemisfério, os governantes do 3º mundo devem reconhecer aqui a grande fraqueza do Sul. (...).

Na debilidade política e económica do Sul, avance-se por combater prioritariamente as causas das fraquezas do Sul. O 3º mundo tem que reconhecer, em primeiro lugar, a necessidade de formulação de princípios políticos, pela necessidade de estabelecer as linhas mestras para sanar do nosso hemisfério as calamidades, naturais e as criadas pelos governantes.

Um Sul renovado politicamente, um Sul mais solidário entre si, um Sul que comece a engendrar governantes exemplares e dignos, só um Sul assim pode perspectivar condições de avançar com capacidade no sentido de enfrentar as imposições do Norte.

Enquanto se continuar a definir estratégias de desenvolvimento, pela concentração de um fictício progresso à ocidental em centros capitais urbanos, e deixar-se de atender a um desenvolvimento global e harmonioso do país, em ordem a satisfazer as necessidades básicas da população, não será Suharto, que com milhões e milhões de dólares anuais do Norte, procurará caminho melhor para o Sul.

Falar-se com a linguagem do Sul para o Sul e manter estreitas relações com o Norte, afundando o próprio Povo na dívida que se vai contraindo, é permanecermos na estratégia de: cada um por si e que o Norte nos acuda! (...)."

DIÁLOGO PARA A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS E CONFLITOS

"(...) A Nova Ordem Mundial trouxe promessas de paz e conforto para uma pequena parte da Humanidade. Esta Nova Ordem Mundial deve ser vista sob um novo prisma, por parte

MNA: o clube dos políticos mortos?

Decorreu em Jacarta, entre 1 e 6 de Setembro, a 10ª Cimeira do Movimento dos Não-Alinhados (MNA).

Considerada por alguns como a do seu "dobre a finados" - agora que a bipolarização que o fez nascer desapareceu e novos blocos de partilha mundial se forjam - a reunião foi marcada por duas grandes preocupações:

- evitar os escolhos políticos representados pelos conflitos de âmbito local/regional que dividem os países que integram o Movimento;

- esboçar as vias que permitam a passagem do Movimento de bloco político (que nunca conseguiu ser) para plataforma de cooperação económica (que, provavelmente, nunca conseguirá ser).

A primeira deu a oportunidade aos governantes presentes de utilizarem a mesma hipocrisia que tanto criticam nos países do Norte. Se o documento final fala dos "*conflitos violentos, agressão e ocupação estrangeira, interferência nos assuntos internos dos Estados, políticas de hegemonia e dominação, disputas étnicas, intolerância religiosa, novas formas de racismo e de nacionalismo estreito*" como "*obstáculos maiores e perigosos a uma coexistência harmoniosa entre Estados e povos*", se o mesmo documento afirma a posição de princípio de empenhamento "*na resolução pacífica de disputas em todas as regiões do mundo através de um processo sustentado de diálogo e negociação*", ninguém falou de Timor-Leste, do Tibete ou de Cachemira, embora fossem "obrigados" a falar da Bósnia-Herzegovina.

Quanto aos Estados que fazem parte do grupo dos "PALOP" - com o seu prestígio e autoridade esvaídos por difíceis problemas internos, perderam à muito a capacidade para desempenhar qualquer papel de referência dentro dos países do chamado 3ºMundo - integraram-se na corrente geral. Hoje, estes Estados limitam-se a reproduzir dentro do Sul a mesma relação de dependência que amarra o Sul ao Norte.

Os dirigentes do MNA não parecem, assim, ser portadores de uma proposta política com credibilidade que lhes assegure o respeito dos seus próprios povos e lhes permita responder com sucesso aos desafios colocados pelo sistema-mundo em que vivemos. Politicamente, os dirigentes do MNA estão mortos. □

do Sul, mas sempre à luz dos princípios universais.

Não concebemos, evidentemente, um Sul armado para guerrear o Norte. Concebemos um fortalecimento de posições do Sul para dialogar com o Norte.

A ignorância pelo diálogo trouxe as calamidades que hoje assistimos no Sul. Quando conflitos internos criam mais distâncias entre povos, etnias, partidos e poderes políticos, os governantes do 3º mundo devem reconhecer aqui uma causa das fraquezas do Sul.

Quando face aos princípios universais do Direito, as nações do 3º mundo se dividem segundo os interesses dos fortes, sejam eles do Norte, sejam do próprio Sul, os governantes do 3º mundo devem reconhecer uma outra grande fraqueza do Sul.

Se guerras intestinas e de expansionismo no próprio Sul deslocam populações, provocam a fome, a doença e a morte e se se pedem ajudas ao Norte, os governantes do Sul devem reconsiderar que estas atitudes políticas são a base do sofrimento dos seus Povos.

Penso ainda que o Sul deve, desde já, renunciar à corrida ao armamento. O Sul armou-se com os meios de destruição do Norte para capricho dos governantes. (...).

Enquanto no Sul continuarmos belicosos, aguçando os lucros do Norte pela venda do seu armamento, os povos do 3º mundo continuarão endividados e, pior ainda, a serem alimentados pelo Norte.

É a hora de o Sul tomar consciência disto.

Antes que se avance para projectos, seja para incentivar as alianças económicas regionais, já existentes e inoperantes, seja para ordenar outras estruturas económicas, umas e outras buscando sempre o apoio do Banco Mundial e do FMI, para anunciar transformações impossíveis, o MNA devia delinear, em 1º lugar, um Movimento de Mudanças no Sul. Só com uma reconstrução democrática no Sul se pode avançar definitivamente para a reconstrução económica do 3º mundo. (...).

Uma das fragilidades do Sul é a de defender princípios que os fortes não cumprem, a de adoptar resoluções inconsistentes em cimeiras, em reuniões de alto nível, onde cada anfitrião joga apenas o seu próprio prestígio pessoal.

Este é o caso flagrante desta cimeira em Jacarta!

Só um movimento de reformas no Sul pode consolidar o estreitamento da cooperação a nível regional nas diversas áreas do 3º mundo e, do resultado deste processo, se está relançando para uma maior solidariedade entre os povos do 3º mundo. (...).

Enquanto populações do 3º mundo experimentam a angústia da fome e os horrores da guerra e os governantes praticarem a política de repressão pelas armas, compradas ao Norte, não será Suharto que poderá definir conceitos como Paz, Justiça e cooperação entre os Povos!

Suharto não pode falar em arrogância do Norte quando continua arrogantemente a desprezar as resoluções da ONU, relativamente à questão de Timor-Leste, quando arrogantemente se nega ao diálogo com os Timorenses.

Se o Sul aplaude as constantes resoluções do Conselho de Segurança até para revistar o quarto de Saddam Hussein, se o Sul condena as violações dos direitos humanos, denunciadas pelo enviado especial da ONU sobre os DH, no Iraque e aplaude Suharto esquecendo a carnificina de mais de 200 mil timorenses, o MNA, (...), terá que aceitar como lógicas as disparidades no próprio Sul. (...).

Apelamos aos altos dignatários, chefes de Estado e de Governo dos países participantes da Cimeira em Jacarta para que seja tomada em consideração que a situação degradante do Sul só melhorará quando o Movimento se comprometer a respeitar os seus próprios princípios, à luz dos princípios universais.

Se a luta contra o colonialismo do Norte pode aceitar situações coloniais perpetradas por potências regionais do Sul; se o princípio do diálogo para a solução dos problemas não é praticado quando se trata de assegurar os interesses dos fortes do Sul, nada há a esperar da retórica de Jacarta nesta Cimeira.

O fortalecimento dos países do 3º mundo deverá passar pelo fortalecimento dos princìpios que todos assumiram.

Expressamos a nossa confiança no sentido de que todos quantos apoiam a causa do nosso Povo venham a pressionar Jacarta a aceitar a proposta de Portugal de diálogo sem pré-condições e com a participação dos Timorenses. (...).

Os governantes de Jacarta têm que pensar que não podem exercer um diálogo sério para salvar o 3º mundo, se continuarem com as armas apontadas à boca do nosso Povo. (...)." □

A luta de libertação na Papua Ocidental

A OPM à procura de uma nova estratégia

Nos princípios deste ano James Matthews (pseudónimo de um cidadão australiano) passou três semanas na Papua Ocidental com os guerrilheiros da OPM (Organisasi Papua Merdeka, Movimento de Libertação da Papua), organização que há 30 anos luta contra a integração desta antiga colónia holandesa na Indonésia. Tendo passado por tempos difíceis em meados da década de oitenta, a OPM conseguiu, no entanto, reoganizar-se e manter viva no terreno a chama da liberdade sob a orientação de uma nova equipa dirigente. É a entrevista dada a J.Matthews e publicada na revista australiana «Inside Indonesia» por um desses novos comandantes que aqui reproduzimos.

O "Coronel John" - o entrevistado - tem 35 anos de idade, passou 18 meses num campo de treino de guerrilha e é detentor de dois graus universitários.

***"Inside Indonesia - Qual é o objectivo da* "nova linha"?**

***Coronel John** - Em termos simples e concisos o nosso programa político define o nosso objectivo como sendo* "condenar qualquer forma de exploração na Papua Ocidental seja ela de carácter social, político, económico ou cultural, através da luta de libertação nacional e pelo estabelecimento de um Estado que assegure e promova a democracia política, a igualdade económica e a liberdade cultural na Papua Ocidental".

Não somos opositores da "velha linha" *pois o nosso programa também afirma que* "a nova linha é a vanguarda que tem como objectivo mobilizar física, material e moralmente todos os recursos, de acordo com o tempo e a situação, que possam permitir acelerar o progresso em direcção à destruição do colonialismo na Papua Ocidental". *A proposta de uma maior autonomia sem independência total é, para nós, inaceitável. O Aceh, que é autónomo em relação à Indonésia, tem sofrido abusos e apenas quer a independência. Neste estádio a independência através da acção diplomática não é possível pois não temos nenhum Estado que nos apoie como Portugal apoia Timor. Portugal pode fazer «lobby» por Timor. Um indicador da atitude da* "velha linha" *é o acordo que tentaram fazer com os americanos em 1988. Estavam na disposição de dar aos EUA os direitos económicos exclusivos sobre a nossa terra como contrapartida a uma maior autonomia ou controlo sobre o nosso destino. Este acordo teria por base a ideia de que os EUA teriam poder suficiente sobre o*

comportamento de Jacarta. Isto é totalmente inaceitável.

I.I. - Qual é a força do vosso movimento?

C.J. *- Actualmente a Papua Ocidental está dividida em oito zonas militares com uma média de 6 batalhões por zona. Como cada batalhão é composto por 800 a 1.000 soldados, o número de soldados no nosso movimento é de aproximadamente 50.000. A facção que luta no Norte não fragilizou o nosso movimento, como se poderia imaginar, mas pelo contrário, reforçou a concorrência no interior do movimento e alargou-o a outras zonas.*

I.I. - Existem lutas de facções na "nova linha"?

C.J. *- A "velha linha" tem uma mentalidade tribal. Este é um mal de que sofrem muitas nações africanas e a "nova linha" recusa absolutamente esta tendência.*

A nossa ideia é de que todos sejam iguais na Papua Ocidental. Todos nascemos nus, são apenas as circunstâncias que alteram este facto. Estamos a educar as pessoas para que se vejam como uma nação e não como um grupo de tribos. É com este objectivo que enviamos as nossas patrulhas de mobilização política, para aumentar a solidariedade e a consciência política do povo. A patrulha que o está a proteger, quando partir, irá para a região de Asmat desenvolver estratégias que ajudem o povo de Asmat a resistir à opressão cultural indonésia. Na sua última acção de patrulha, contactaram com tribos perdidas que tiveram de ser informadas sobre a luta.

I.I. - Vê então a "velha linha" como politicamente imatura?

C.J. *- Sim, não eram progressivos, não tentaram mudar a cultura social e a forma de ver os estrangeiros. Como a natureza nos tem sido favorável, criou-se a mentalidade que a vida não é uma luta. Tradicionalmente não havia a necessidade de pensar criticamente e de desconfiar das pessoas. Rejeitamos esta via Melanésia porque a situação na Papua Ocidental está ligada à situação internacional. Não é uma luta interna. (...).*

I.I. - Como pensam realizar o vosso programa com vista à independência?

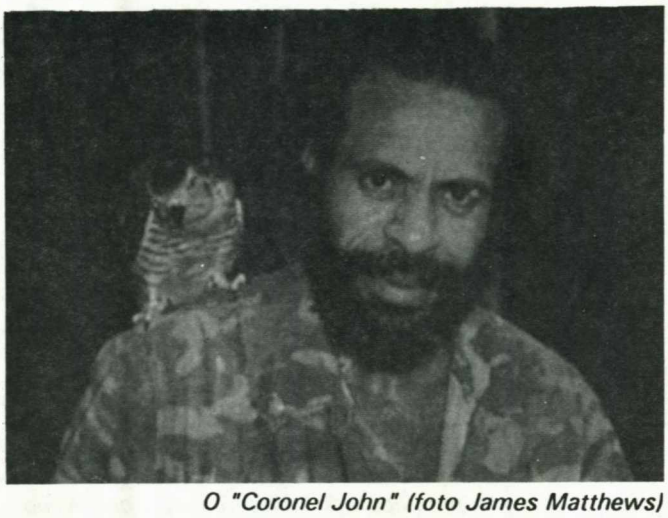
C.J. *- Existem quatro passos. Os dois primeiros envolvem a preparação num sentido mais amplo - finanças, disciplina, mobilização, solidariedade e comunicação. O terceiro passo é o de estabelecer um congresso nacional. Neste estádio implementaremos a solidariedade com outros países que também será extensiva a sindicatos, grupos estudantis e organizações rurais. O último passo é a ofensiva militar em grande escala para apoiar uma solução política.*

I.I. - Que preparação envolve?

C.J. *- A essência da preparação é a educação política e levará tempo a alterar a percepção da população. Mas as pessoas e a OPM deverão tomar a atitude correcta. A perspectiva política deverá estar na vanguarda da luta militar. As pessoas deverão estar conscientes da importância de serem independentes. Foi por isto que Bouganville* [ilha integrada na Papua Nova Guiné que reclamou a independência deste país] *ficou bloqueado nas suas exigências. Não existia dimensão política na luta militar. A nossa luta deve ter uma cor política. A "velha linha" estava apenas preocupada com a luta militar. A nossa preparação também envolve níveis elevados de treino e de disciplina de modo a que as nossas "mordidelas" atinjam de forma eficaz o opressor. Nos últimos dois anos tenho dado aos nossos soldados treinos intensivos de guerra de guerrilha, treinos com explosivos e terrorismo económico.*

I.I. - Estão a pensar utilizar alvos económicos para atrair a atenção para a vossa causa?

C.J. *- Sim, locais como a mina de cobre de Freeport são, do ponto de vista estratégico, muito importantes para nós. Já começamos a cobrar impostos a empresas mineiras e de madeiras que operam na área. No ano passado cobrámos 1 milhão de rupias à empresa Eagle por explorar as minas de ouro. Também a Konoko explorou ouro numa área à volta da aldeia de Upkim até 21 de Março de 1991. Encontrámo-nos com 3 deles: Dominic Dari, um engenheiro australiano, Wolbar Francise, administrador e Dolkar, um técnico em explosivos. Perguntámos quem lhes tinha dado autorização sobre a terra. Eles responderam que tinham sido os Indonésios mas nós lembrámos-lhes que era a nossa terra e que portanto a escolha seria partir, pagar ou morrer. Partiram e nunca mais voltaram. (...).*



O "Coronel John" (foto James Matthews)

I.I. - Não sente que não há lugar para o movimento na interacção das poíticas externas da Austrália, da PNG e da Indonésia?

C.J. *- Existe espaço de manobra. Os políticos de hoje não são os de amanhã. A mudança de liderança que ocorrerá na Indonésia irá trazer outras oportunidades. Se a nova liderança for agressiva no que respeita à política externa então a Austrália tentará usar a OPM como uma força que contrabalance isto. Por isso temos de fazer agora contactos com estados independentes como a Austrália. O reconhecimento internacional é um desafio, todavia se tivermos o apoio da Austrália ou da PNG* [Papua Nova Guiné] *os outros países terão mais facilidade em nos apoiar. Uma mudança na liderança da Indonésia poderá também levar a uma contínua instabilidade em Jacarta que conduzirá à derrocada do império javanês. Recorde-se que não foi há muito que o império da Rússia soviética se desmembrou. Uma liderança mais jovem na Indonésia poderá trazer ideias mais liberais, assim como uma mudança no «status quo» na PNG poderá alterar a sua política oficial para com a OPM.*

I.I. - Qual é a sua atitude em relação à transmigração?

C.J. *- Temos de demonstrar ao Banco Mundial e a outros que não queremos a transmigração. Em 1988, como resultado da política da "nova linha" atacámos 1300 transmigrantes na zona 1. Não é porque não gostemos dessa gente, sabemos que também elas são vítimas. O povo de Java sofre porque não tem terras já que Suharto e os seus comparsas se apoderaram dela toda. O programa de transmigração é uma desculpa perante o mundo económico para obter dinheiro, propagandear o regime corrupto e atrasar a reforma agrária em Java dando-lhes terras na Papua Ocidental.* □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R.Pinheiro Chagas, 77-2ºE, 1000 Lisboa, Tel: 3528718, Fax: 534009
E-mail: gn!cdpm (GreenNet), cdpm@gn.apc.org (Internet)
Impressão: Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem:** 1000 ex. **Assinatura anual:** 600$00
Registo: DGCS nº 112094 Dep. Legal nº 25317